

RACIONALIDADES, CULTURAS E GLOBALIZAÇÃO: A AÇÃO CRIATIVA E A REARTICULAÇÃO DINÂMICA DAS CULTURAS

Rationalities, cultures and globalization: Creative Action and Dynamic re-Articulation of Cultures

Álvaro Mendonça Pimentel *

Resumo: O artigo recolhe, principalmente, as contribuições dos filósofos Jean Ladrière e Maurice Blondel para a compreensão das interações atuais entre a racionalidade tecnocientífica e as culturas. Propõe uma forma de tratamento das consequências deletérias ou promotoras destas interações, mediante a aplicação do conceito blondeliano de ação ao problema considerado. A influência da mentalidade tecnocientífica na sociedade contemporânea sugere novo modo de compreender a cultura, não mais como grandeza articulada ao redor de um centro estável, mas como dinamismo policêntrico, em que a ação criativa desempenha função de equilíbrio e de geração de novos sentidos. Neste contexto, propõe-se uma concepção *sui generis* do papel do filósofo na sociedade.

Palavras-chave: Tecnociência, cultura, ética, estética e ação criativa.

Abstract: This article examines the contributions of the philosophers Jean Ladrière and Maurice Blondel in the understanding of the current interactions between techno-scientific rationality and cultures. It proposes an approach to

* Professor do Departamento de Filosofia e Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) de Belo Horizonte. Agradeço à CAPES o financiamento de parte desta pesquisa, por meio de bolsa de estudos para estágio pós-doutoral na *The Catholic University of America*, em 2014 (Processo BEX nº 1364/14-6). Artigo recebido no dia 26/06/2014 e aprovado para publicação no dia 13/10/2014.

the detrimental consequences, or the consequences triggering these interactions, which is based on Blondel's concept of action. The influence of techno-scientific mentality in contemporary society suggests a new way of understanding culture, no more seen as grandeur articulated around a stable centre, but as polycentric dynamism where creative action plays a balancing part and generates new meanings. It is in this context that a sui generis conception of the philosopher's function is proposed.

Keywords: Techno-science, culture, ethics, aesthetics, creative action.

Introdução

O objetivo do presente artigo é, inicialmente, compreender como as instituições hoje marcadas pelo “hiper-racionalismo” dos tempos modernos – ou seja: a ciência, a tecnologia, a economia e a política – afetam positiva e negativamente as culturas contemporâneas. Este objetivo inicial é alcançado a partir do estudo de parte da obra do filósofo belga Jean Ladrière (*1921 — +2007), concentrando-se, sobretudo, nos campos da ciência e da tecnologia. No seu livro *Os Desafios da Racionalidade*, recentemente reeditado, Ladrière apresenta-nos uma leitura original do que se convencionou chamar de “racionalidade instrumental”, situando-a de modo amplo e articulado aos diversos âmbitos da cultura¹. A partir deste estudo, proponho a utilização do termo “racionalidade dominadora” como variante mais apropriada para designar o fenômeno referido, no contexto em que nos situaremos.

A seguir, pretendo projetar soluções para os aspectos deletérios do encontro/embate entre a “racionalidade dominadora” e os sistemas culturais, a partir de uma compreensão dinâmica da cultura e do papel central da “ação criativa”. Este aspecto do artigo constitui a contribuição mais original da pesquisa aqui apresentada e proporciona uma apreciação programática do papel da filosofia em nosso contexto histórico, levando em consideração a intensificação do domínio tecnocientífico, que se produz em diversas escalas da sociedade latino-americana contemporânea. Este segundo objetivo é alcançado com a ajuda do filósofo francês Maurice Blondel.

O artigo divide-se em três partes principais: 1) compreensão da racionalidade dominadora por si mesma e de seu dinamismo globalizante; 2) os efeitos construtivos e destrutivos desta racionalidade no âmbito da cultura e, em particular, nos campos da ética e da estética; 3) finalmente, as propostas para tratamento do problema, que pretendem apoiar as iniciativas já em curso em nossas sociedades.

¹ LADRIÈRE, Jean. *Les enjeux de la rationalité: le défi de la science et de la technologie aux cultures*. Paris, Aubier-Montaigne/UNESCO, 1977. Trata-se de livro escrito a pedido da UNESCO, como reação original de Ladrière ao colóquio patrocinado por aquela instituição, no ano de 1974, e cujo tema fora “Ciência, Ética e Estética”.

1) Tratamento abstrato da racionalidade dominadora e seu dinamismo “globalizante”

Nesta seção, caracterizo a racionalidade tecnocientífica como uma diferenciação histórica da razão, presente e atuante em nosso tempo. Trato-a, inicialmente, por si mesma. Em consequência, suas características encontram-se destacadas ou intensificadas. A tecnociência *seguiria* estritamente a lógica que apresento se não estivesse desde sempre em interação com outras dimensões da vida concreta. Há, no entanto, vantagem nesta apresentação abstrata da “lógica” do evento que nos ocupa. Apesar do risco de estereotipagem, veremos com maior clareza os efeitos reais, embora mais matizados, que o advento da tecnociência provoca em nosso meio. Este procedimento metodológico será, no entanto, corrigido nas duas partes finais do artigo.

1.1 A racionalidade científica

Para capturar, numa primeira intuição, a originalidade do saber científico, comparemo-lo a três outras modalidades do saber humano, ou seja, o sapiencial, o contemplativo e o hermenêutico. A “sabedoria” pretende oferecer ao ser humano uma compreensão justa sobre a existência e sobre o mundo, para conduzi-lo a uma relação harmoniosa com a realidade e proporcionar-lhe a vida bem-aventurada. Na tradição ocidental, esta relação foi identificada a um pensamento que capta a totalidade, que é capaz de abarcá-la e ordená-la em sua riqueza de seres, qualidades e eventos. O sábio converte-se e se modifica ao afastar-se das visões parciais do mundo. Ele ganha assim a capacidade de julgar sobre todas as coisas, pois seu pensamento participa de algum modo do pensamento puro. Esta concepção de sabedoria conduz, muito naturalmente, à compreensão do conceito de “teoria” ou contemplação. Se na sabedoria, a visão justa sobre o real nos conduz à vida bem-aventurada, na teoria, a *visão* torna-se, por assim dizer, um valor em si mesmo, afastado de toda perspectiva prática. E isto porque a elevação teórica retiraria o ser humano da contingência da existência, introduzindo-o numa vida soberana, vida compreendida como acordo reflexivo com tudo o que se manifesta no mundo. Mas a “teoria”, por sua vez, ao comunicar-se, torna-se ela mesma manifestação, num discurso que faz ver a realidade em seu sentido, ou seja, discurso “hermenêutico”, que interpreta o mundo, ao situá-lo nas exigências próprias do conceito. A realidade interpretada não é a mesma realidade dada, como todo compacto e objetivo, mas realidade captada em seus dinamismos profundos².

² Cf. LADRIÈRE, 1977, p. 30-34.

O discurso científico apresenta, por um lado, certa analogia com a razão clássica no que concerne à busca de um saber autêntico, que guie a ação humana no mundo. Este saber, como veremos a seguir, ao tornar-se um fim em si mesmo, interpreta-se como a mais alta realização da vida. E herda igualmente a preocupação hermenêutica da razão, como reveladora das significações do mundo, no dinamismo e nos limites da teoria científica. Mas, por outro lado, há um deslocamento fundamental, que corresponde ao contexto da ciência moderna e que confere a este prolongamento um sentido completamente diverso. Trata-se do deslocamento do conhecimento para o eixo da “ação”, o que se esclarecerá a seguir³.

Afirmo, apenas a título introdutório, que a pesquisa e o conhecimento científico apresentam-se hoje, claramente, como fator de poderio e fator político. O incentivo à pesquisa liga-se, indubitavelmente, à “conquista de novos procedimentos industriais, novos meios à disposição da economia, novos engenhos militares, novas realizações visando ao desenvolvimento de uma região ou de um país”⁴. E, porque a ciência tornou-se componente essencial da força econômico-política de uma coletividade, a organização da pesquisa tende a tornar-se *global*, controlada direta ou indiretamente pela vontade do poder dos Estados nacionais.

1.1.1 Características da racionalidade científica

A utilização das teorias científicas como fator de poderio decorre do que se costuma chamar o caráter “operatório” da ciência⁵. A ciência lida com a formalização do saber. Ela busca, sobretudo no campo das ciências empíricas, expressar matematicamente o conhecimento sobre a realidade. Uma teoria científica ideal seria um corpo de equações capazes de descrever o comportamento de dado sistema da realidade e, portanto, de prever suas mudanças numa diversidade de cenários possíveis. Tal *saber* confere evidente *poder* a quem o possui e presta-se a aplicações nos mais diversos campos da atividade humana. Por meio dele, cenários prejudiciais ou vantajosos tornam-se previsíveis, e a tomada de decisões ganha uma segurança e uma precisão preciosas.

A dinâmica de instauração da teoria científica segue uma série de passos, todos *controláveis*. Formula-se um *problema*, normalmente dentro do qua-

³ Blondel percebera claramente este deslocamento, quando afirmou na *Ação* (1893) que « c'est dans l'action qu'il va falloir transporter le centre de la philosophie, parce que là se trouve aussi le centre de la vie » (BLONDEL, Maurice. *L'Action: essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique*, XXV-492 p. (1893). Paris: P.U.F., 1995. p, XXIII). O diagnóstico de Blondel possui sentido amplo, que engloba o problema aqui enfrentado e oferece-lhe alternativa terapêutica.

⁴ LADRIÈRE, 1977, p. 27.

⁵ Cf. LADRIÈRE, 1977, p. 27-52, para o que segue.

dro de uma *teoria* já dada. Levantam-se *hipóteses* explicativas para tratar o problema. Uma ou várias hipóteses são submetidas à *experimentação*, e a hipótese confirmada integra-se à teoria de base, ou vem completá-la, ou corrigi-la. A partir de então, novos problemas podem surgir, no quadro agora ampliado da teoria em questão. Eventualmente, a teoria revela-se insatisfatória para tratar o corpo de problemas que se amplia e deve, em consequência, ser substituída por uma teoria mais satisfatória e abarcante. Este processo se efetiva segundo procedimentos que, em princípio, podem ser reproduzidos por qualquer grupo de cientistas capacitados, seguindo regras precisas de observação, mensuração, interpretação dos dados, controle das variáveis participantes do evento testado etc.

Note-se, no entanto, que as teorias científicas não lidam *diretamente* com a realidade. Esta se encontra representada num “*modelo*”, que é o intermediário entre a construção teórica e a prática experimental, de um lado, e entre a teoria e a realidade estudada, de outro lado. Assim, o que a teoria descreve diretamente são as leis de evolução do modelo, dentro dos limites que este comporta. E a adequação entre a teoria e a realidade dependerá da abrangência do modelo adotado. Pode-se esperar que um modelo concernente, por exemplo, ao funcionamento de um organismo vivo ou à interação de organismos em dado sistema ecológico encontre-se apto a explicar uma série de fenômenos observados empiricamente, ou de prever efeitos esperados por determinadas intervenções em seu funcionamento. A teoria fornece um contexto interpretativo para as observações empíricas, que passam a ser consideradas de um ponto de vista preciso. Mas também, por causa da *limitação* do modelo, deve-se contar com a imprevisibilidade do “funcionamento” da realidade, ou seja, esta se encontra em parcial desacordo com a teoria que pretendia abarcá-la. A realidade, por assim dizer, transborda os quadros da teoria. Decisões tomadas a partir dos limites do modelo deveriam contar, portanto, com esta limitação e considerar seriamente o risco da imprevisibilidade eventual de consequências, sobretudo, quando estas são desfavoráveis às realidades concernidas.

Os dois exemplos acima referidos (o funcionamento de um organismo vivo e a interação de organismos em dado sistema ecológico) ajudam a compreender o caráter inteiramente “*temático*” do conhecimento científico. Dentro de seus limites, e para aquele que domina a teoria em questão, trata-se de um conhecimento inteiramente explicitado ou “*objetivo*”. Ele se presta, por isso, a uma *manipulação* livre. Encontra-se disponível e pode ser situado em níveis de generalização sempre mais abrangentes. O conhecimento de um organismo dado pode, por exemplo, ser parte de um modelo de funcionamento de um sistema ecológico particular. E este, por sua vez, integrar um modelo que represente as leis de evolução de um conjunto complexo de ecossistemas em interação. E o interessante, no contexto de nosso estudo, é que a dinâmica científica tende, portanto, a

engendrar sistemas cada vez mais abrangentes de explicação da realidade em termos funcionais.

Estes traços da racionalidade científica, acima esboçados, bastam-nos para caracterizá-la como conhecimento *crítico* e *dinâmico*. A ciência cultiva e realiza de modo excelente *o aspecto crítico da razão*, uma vez que controla de modo autônomo o próprio processo de aquisição de conhecimento, oferecendo-se constantemente à verificação, à ampliação de seus resultados e à revisão do quadro teórico em que se constitui. Por princípio, a ciência encontra-se aberta a momentos de reorganização de suas teorias, por meio da modificação das hipóteses fundamentais dos modelos explicativos. Seu *dinamismo* expressa-se como superação de toda particularidade. Ela se “universaliza”, ao deixar de lado a inerência de um sujeito concreto ou de uma cultura dada, para elevar-se a um conhecimento cuja aplicação não conhece fronteiras. Ela supera, desde modo, o dado empírico e se constitui como teoria. E se alarga constantemente, numa visada englobante, que pretende adequar-se à totalidade do real, ao menos enquanto este é tematizável segundo os procedimentos do método científico.

Portanto, a racionalidade científica, tomada em si mesma, expressa o ideal de realização de uma razão *autoconstituída*, no nível dos princípios operacionais que a sustentam, e *autofinalizada*, pois visa à constituição de um saber que pretende a tudo abarcar, por meio de expansão sistêmica constante. Esta expansão tem por sentido uma adequação crescente entre os modelos teóricos da ciência e os sistemas de intervenção no curso das realidades estudadas. Ela, aliás, interfere intensamente nesses sistemas, como veremos a seguir.

1.2 A racionalidade tecnológica

A tecnologia moderna prolonga a técnica tradicional, uma vez que também se trata de um *savoir-faire* especializado, que rege meios materiais específicos segundo normas operacionais apropriadas (p.ex.: as técnicas da carpintaria, da construção, da lapidação de pedras preciosas etc). Mas a tecnologia constitui uma inovação intensa no campo da técnica e inaugura um modo original de lidar com os meios materiais. A técnica tradicional desenvolveu-se sem uma verdadeira justificação teórica. Seus progressos foram lentos e, muitas vezes, acidentais. Ao contrário, a tecnologia moderna organiza-se de forma sistemática, progride segundo rígidos controles críticos, estratégias de planejamento e, sobretudo, liga-se estreitamente à ciência assim como definida no item anterior⁶.

⁶ Cf. LADRIÈRE, 1977, p. 53-71, para o que segue.

A consideração da proximidade e da diferença entre tecnologia e ciência representa um fator fundamental para a compreensão do impacto cultural que desejo definir. A ciência tem por objetivo o progresso do conhecimento e a aquisição de novas informações sobre a realidade. Ela constitui gradativamente o sistema explicativo que trata das leis de evolução de modelos construídos. A tecnologia objetiva, em sentido inverso, a transformação da realidade dada e visa a injetar informação nos sistemas existentes. A intervenção tecnológica busca produzir certos estados de coisas e evitar outros, introduzindo “perturbações” nas relações constitutivas da realidade, por meio da ação. Em consequência, a ação humana torna-se capaz de controlar e dirigir efeitos em sistemas naturais. Pense-se, por exemplo, na cura de um tumor maligno por meio da utilização de fármacos ou radiações.

Ciência e tecnologia interagem e se aproximam constantemente em nosso mundo. Por um lado, a tecnologia contribui para a prática experimental, pois fornece instrumental sofisticado aos cientistas e torna, assim, possível a verificação de hipóteses teóricas, como no caso da utilização de aceleradores de partículas na comprovação das hipóteses da teoria quântica. Por outro lado, a ciência oferece conhecimentos e método utilizados na solução de problemas práticos e na geração de novas tecnologias. Uma atenção mais detida à dinâmica da tecnologia revela-nos características análogas com as da ciência. Apresento as principais a seguir.

A racionalidade tecnológica é capaz de *generalização*. Ou seja, a descoberta de determinado procedimento pode ser utilizada em contextos cada vez mais complexos e contribuir à realização de tarefas cada vez mais abrangentes, como ocorre no uso de computadores, que originariamente são calculadoras, para navegação aérea. Esta possibilidade da tecnologia decorre do caráter inteiramente *tematizável* e *formal* de suas operações. Não há nenhuma inerência num “savoir-faire”, nenhum implícito a ser explicitado, nenhum enigma a ser decifrado ou interpretado. Considerado em si mesmo, ele é totalmente objetivo, e compreendê-lo equivale a saber utilizá-lo e, no máximo, a conhecer os princípios de sua constituição. O formalismo da tecnologia decorre desta utilização em tese infinita de um mesmo procedimento aplicado a uma variedade incontável de “matérias”, sejam elas o minério, a madeira ou a interação de grupos humanos.

Em todas as intervenções tecnológicas, tender-se-á a modificar o nível de organização de um dado sistema, operando-o na direção pré-definida por um programa preciso. Esta característica da dinâmica tecnológica, que leva à desconsideração de critérios externos às regras operacionais adequadas à solução de um problema específico, inaugura uma grande independência das operações em relação a outros campos da sociedade. E conduz, finalmente, à criação do “domínio tecnológico”. A ideia de interconexão entre sistemas operacionais especializados, para formar sistemas interconectados cada vez mais abrangentes, delinea, enfim, o processo de

totalização ou globalização da tecnologia, como nova instituição autônoma do mundo moderno.

Ligada à autonomia da tecnologia, encontra-se outra de suas características dinamizadoras fundamentais: o *autofinalismo*. Sem dúvida, uma operação tecnológica pretende intervir num sistema dado, e pode ter uma finalidade externa, como salvar uma vida ou multiplicar bens essenciais para o consumo humano. Mas considerada em si mesma, a dinâmica tecnológica visa apenas ao aumento de suas possibilidades, da própria potência e abrangência de seus procedimentos. Ela inclusive incumbe-se, agindo *pari passu* com a economia, de criar as demandas necessárias a seu contínuo desdobramento. E por meio da geração e regulação de demandas, estende sua dominação ao conjunto das necessidades de uma sociedade.

1.3 A superestrutura ou sistema da tecnociência

Creio ser razoável afirmar, portanto, que testemunhamos, nos últimos séculos, o advento de uma nova instituição no âmbito da vida social, e que o nome de “tecnociência” (com o qual a batizaram pensadores atentos a este fenômeno) traduz de modo conveniente sua identidade. Surge a superestrutura tecnocientífica, auto-organizada e autofinalizada. Ela compõe o novo *décor* do mundo humano e se interpõe, de modo definitivo e crescente, entre a natureza e a existência humana individual e social.

A racionalidade que a preside tem como traços comuns: a) a *crítica*, pois reflete sobre o que ela mesma é e sobre o valor e os princípios da própria instauração; e b) a realização *dinâmica*, que não se contenta com o particular e o inadequado, mas exige evolução constante do conhecimento e da prática operacionais. Trata-se, segundo Ladrière, do advento do hiper-racionalismo, como uma intensificação extraordinária das exigências da razão clássica, mas habitado por uma vontade de tudo arrastar consigo⁷. A tecnociência persegue a instauração autônoma de seus conteúdos, qual meta teleológica. Guia-se, pois, por uma *antecipação*, no nível do conhecimento, da ordem racional a constituir, e no nível da prática, pela *constituição* sempre provisória de um mundo humano auto-organizado. Num único termo, seguindo também a sugestão de Ladrière, designo a racionalidade tecnocientífica com a categoria “*maîtrise*”, que traduzo por “*domínio*” ou “*controle*”.

O processo de “globalização” vê-se hoje profundamente afetado pela dinâmica do domínio. Seu problema para o âmbito de nosso estudo é a

⁷ Cf. LADRIÈRE, 1977, p. 185; e LADRIÈRE, Jean. O universo da racionalidade e a vida do sentido. In: _____. *A fé cristã e o destino da razão*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008. p. 37-56.

ocorrência de um desengate da tecnociência que, ao ganhar vida própria, passa a concorrer com outras instituições da cultura, sobretudo através dos fenômenos econômicos e políticos que a acompanham. O mundo humano se vê cada vez mais racionalizado, centralizado e planejado. A burocracia invade todos os âmbitos da vida. Prevaecem o tempo do projeto e o polo do futuro, com a desvalorização consequente das tradições culturais. O desafio maior será, neste contexto, o de *articular* os sentidos da tecnociência, da política, da economia e da cultura, no futuro de nossas sociedades. Mas antes de apresentar esta possibilidade, proponho que examinemos os efeitos de desestruturação e de indução que a vigência da racionalidade tecnocientífica impõe a dois âmbitos maiores de toda cultura: o da ética e o da estética. Esta consideração justificará e precisará o desafio ora formulado.

2) A racionalidade e seu impacto nas culturas

Seguirei mais uma vez a sugestão de Ladrière, para expor o problema da interação entre tecnociência e cultura a partir de uma visão sistêmica⁸. A vantagem desta exposição, apesar de seu caráter abstrato, é permitir uma compreensão da *lógica* que sustenta o impacto positivo ou negativo do evento que nos ocupa. Os dois campos que nos interessarão em particular são o da ética e o da estética, pois eles estão especialmente vinculados, como veremos, à questão do “enraizamento” e das finalidades para a existência humana em sociedade. Impactos sobre estes dois campos afetam todo o corpo social.

Mas a interação entre sistemas ou em seu interior *não* deve ser compreendida aqui em sentido determinista. A utilização do termo “sistema” apenas indica que considerarei, seguindo Ladrière, as formas culturais e seu modo de evolução segundo sua objetividade (assim como podem ser descritos em dado momento de uma cultura). Numa visão determinista, “toda modificação local repercute inevitavelmente na totalidade das partes”⁹. Ao contrário, quando eu tratar da interação entre a tecnociência e a cultura, ou entre os vários sistemas que compõem cada cultura, pensarei em sistemas de tipo plástico, cujas ligações são altamente deformáveis e, em tese, indeterminadas. Haverá, portanto, interações, influências, impactos em intensidades diferentes, segundo um jogo que deixa espaço à criatividade dos que desempenham papéis sociais. Haverá, igualmente,

⁸ Cf. LADRIÈRE, 1977, p. 15-17, 79-81 ; e LADRIÈRE, 2008, p. 37-42.

⁹ LADRIÈRE, 1977, p. 206.

efeitos imprevisíveis. Isso não impede que, na apresentação do problema, eu maximize os impactos, para apreendê-los mais facilmente.

2.1 A sociedade segundo uma visão sistêmica

Numa representação sistêmica da sociedade, distinguem-se esquematicamente: a) A instância *política* com os sistemas do poder, que incluem a organização estatal e os mecanismos de decisão em que se tece o destino histórico de uma nação; b) A instância *econômica* com os sistemas de produção, que são responsáveis pelos bens e serviços necessários para a sobrevivência, a interação e a participação dos indivíduos e grupos à vida coletiva; c) E a instância *cultural*, cujos sistemas servem de apoio “à vida das significações”. De forma mais detalhada, a instância cultural se divide em: *Sistemas de representação*, nos quais a sociedade se interpreta e a seu mundo. Este sistema inclui os modos de estender os conhecimentos próprios e o “savoir-faire” ou sistema das “artes” de uma sociedade. *Sistemas normativos* que incluem os valores básicos de apreciação das ações e situações, além das regras ou normas particulares que regem as ações. *Os sistemas das formas expressivas ou estéticas*, que incluem as modalidades formais e materiais que dão às normas e às representações uma projeção sensível, em figuras significantes, que atingem os afetos profundos. Neste tipo de sistema, situam-se as “belas artes” e, por isso, encontra-se em íntima relação com os *sistemas simbólicos*, que reúnem objetos que apontam para realidades fundamentais da vida social (representações fundantes, mitos, valores etc)¹⁰. E, finalmente, os *sistemas de ação*, que incluem as mediações técnicas para dominar o meio social e as mediações sociais por meio das quais “a coletividade se organiza para gerir seu próprio destino”¹¹.

Nota-se o evidente recobrimento das instâncias e dos vários sistemas. O sistema político, por exemplo, adota uma série de “formas expressivas” que afetam os indivíduos e criam uma sinergia particular, tal como o sentimento nacional. Os sistemas de ação, outro exemplo, não se compreendem sem as normas que ajudam a valorizar determinadas atividades em detrimento de outras, e se integra ao sistema econômico.

Em relação ao papel da cultura, que é a mediação que fornece enraizamento e finalidade para a existência humana, destacam-se o sistema dos valores e o das formas expressivas (ou estéticas). As *formas estéticas* influenciam, sobretudo, a função de “enraizamento” cultural. Como elas concernem à

¹⁰ Note-se que símbolos participam, por analogia, das realidades simbolizadas. Uma análise do problema encontra-se em VOEGELIN, Eric. *Order and History: Israel and Revelation*. Columbia and London: University of Missouri Press, 2001. (Coleção “The Collected Works of Eric Voegelin, v. 14). p. 39-53.

¹¹ LADRIÈRE, 1977, 16-17.

afetividade em sentido amplo, desde a sensibilidade até os sentimentos profundos e mesmo as intuições espirituais, elas promovem um modo de perceber e julgar o mundo, de situar-se em relação às grandes questões da vida e interpretá-las discursivamente, que é muito mais eficaz do que o das representações intelectuais. Os *valores éticos* ligam-se, sobretudo, à orientação pessoal e coletiva, fornecendo visada unificadora às diversas atividades humanas. Eles não são da ordem dos fatos, mas do que os torna preciosos e desejáveis ou não.

Creio que esta breve apresentação permite perceber o fio condutor da exposição seguinte. Numa visão sistêmica da vida social, um abalo grave no âmbito dos valores e das formas estéticas conduz com certeza a uma crise cultural e, em consequência, a uma crise social. Estas crises são classificadas como “profundas” justamente porque geradas nas raízes mais delicadas da convivência humana: o sentimento do mundo, com os significados dele decorrentes, e a orientação da ação, em cuja mediação se articulam as várias instâncias da realidade social.

2.2 Efeitos gerais de desestruturação

No contexto latino-americano, facilmente distinguimos situações em que o embate entre a dinâmica de dominação da tecnociência e a cultura apresenta os seguintes três aspectos: a) Ou recusa dos valores modernos, veiculados pela mentalidade de dominação, em prol dos tradicionais, sobretudo, em locais em que a dinâmica de dominação pretende penetrar repentinamente. São casos mais traumáticos, em que se verificam rupturas e desequilíbrios sociais patentes; b) Ou a crítica visando à delimitação de âmbitos. Neste caso, a estratégia conduz a traçar fronteiras entre a dinâmica de dominação e a cultura tradicional. Mas isto implica uma delimitação da própria cultura que, em lugar de mediação englobante dos significados vividos, passa a ocupar “reservas” cada vez menos amplas diante do avanço da racionalidade tecnocientífica; c) Ou as tentativas de reconstituição da unidade, de que trataremos na terceira parte deste artigo¹².

Três eventos mais gerais promovem a desestruturação sociocultural em nosso tempo. Primeiramente, como realidade mais facilmente identificável, passamos a viver num mundo ocupado por *multidão de aparatos* que se interpõem entre o homem e a natureza, e mesmo entre o homem e sua própria natureza. Este fato quantitativo revela sua gravidade, quando situado no evento seguinte.

¹² LADRIÈRE, 1977, 95-115.

Em segundo lugar, presenciamos a *revolução cibernética*, com o surgimento de engenhos autômatos e a organização de um universo tecnológico animado, em que a máquina cibernética imita a vida e o sistema nervoso, embora apresente diferenças irreduzíveis. Não apenas utilizamos aparatos tecnológicos, mas passamos a interagir com eles. A “programação” coloca-nos em contato com máquinas inteligentes, capazes de reações complexas a situações variadas. Não se trata apenas de objetos totalmente pré-determinados, mas de reações que se montam de acordo com as circunstâncias e, portanto, com certo grau de indeterminação e adaptabilidade. Compreende-se com facilidade o problema: a programação de um autômato que interage com humanos, embora proporcione uma multiplicidade de possibilidades, também impõe limites precisos a nossa própria liberdade. Além disso, a interposição do mundo tecnológico entre nós e a natureza (ao menos nas grandes cidades) quebra o contato com a vida e a fecundidade simbólica que ela sempre ofereceu à interpretação humana do mundo e da própria existência. Os objetos tecnológicos, aliás, padecem de um *déficit* simbólico, uma vez que, como vimos acima, não possuem nenhuma inerência (cf. acima seção 1.2). O simbolismo das culturas é afetado e há desenraizamento das tradições que nutriam a vida do sentido. Reforça-se, em consequência, a criação de um mundo autofinalizado.

Finalmente, enfrentamos uma mudança na representação do tempo. O essencial da dinâmica tecnocientífica é a “antecipação”. Ela evolui no “tempo do projeto”. Nesta nova representação, “o presente” encontra-se “elevado além dele mesmo, religado a um futuro cuja realização ele tem por único sentido preparar, mas esse futuro é perfeitamente atribuível e, até certo ponto, calculável”¹³. Há continuidade entre o presente e a “antecipação projetante”. Ao contrário do que ocorre numa visão cíclica do tempo que marca as culturas tradicionais, no tempo do projeto, o passado se vê desvalorizado, reduzido a uma coleção de experiências que, no máximo, podem inspirar novas tarefas ou meios. A ação histórica interpreta-se, nesse novo contexto, como inteiramente “responsável de si mesma e não reflete nada além de seus próprios feitos”. Não há nenhum desígnio oculto na história, nenhuma harmonia a guiá-la. Tudo decorre das decisões projetadas e da realização do que fora decidido. Contra uma visão escatológica do tempo, que é a outra modalidade de representação das culturas tradicionais, no tempo do projeto, toda esperança resume-se ao que foi planejado. A história não se apresenta mais como enigma cuja decifração advirá no futuro escatológico. Ela é interpretada, ao contrário, como o processo de mudança da própria condição humana. Uma verdadeira novidade intervém no curso do mundo. E o homem conhece cada vez melhor o que pode ser mudado e que meios deve empregar.

¹³ LADRIÈRE, 1977, p. 112.

Ora, os esquemas de temporalidade decorrem dos modos de ação concretamente vividos, dos valores aí realizados, dos significados promovidos. No caso dos esquemas tradicionais, vê-se uma importância marcada do passado originário, representado, por exemplo, nas narrações míticas. Ou do futuro escatológico, em que o vivido no presente prepara-nos ao advento do que podemos esperar, mas, de nenhum modo, realizar. Compreende-se, portanto, como uma mudança no esquema temporal afeta profundamente os valores tradicionais, as representações e os modos de ação de uma cultura. Trata-se de uma perturbação que “destrói as coerências sobre as quais (o sistema cultural) se estabelece”¹⁴ tradicionalmente.

2.2.1 A desestruturação no campo da ética

Antes de estudar os efeitos de desestruturação no campo da ética ou vida moral, recorro os três níveis em que este campo se estrutura¹⁵. No *nível da exigência fundamental*, encontramos as “molas” ou dinamismos da vida moral. Aquilo que alimenta o surgimento do “problema moral” e da tensão existencial que o constitui, se é verdade que nos compreendemos como diante do desafio de ganhar ou perder a própria vida. E, portanto, do desafio de aprender a escolher o caminho correto para a bem-aventurança. Ora, o nível dos fundamentos não é atingido tematicamente senão por meio de reflexão. E captamo-lo, não como princípio *a priori* a partir do qual formularíamos as máximas da ação humana, tampouco como uma potencialidade a realizar-se, mas como um *apelo de ser* que desinstala o agente na sua busca de realização. Nele, a vontade livre vem a si mesma como uma tarefa, que consiste em buscar adequação entre seu dinamismo (que se revela na aventura da existência histórica de cada pessoa) e suas ações particulares, que desenham a figura concreta desta existência. A tarefa principal que o problema moral nos recomenda é a interpretação do sentido da existência e da destinação humana, no horizonte da lei de liberdade que se expressa nas ações particulares¹⁶.

No *nível dos critérios concretos de ação*, encontramos as mediações de que a vontade livre necessita para exprimir-se e agir. Trata-se das normas, que se expressam em mandamentos, conselhos de sabedoria, provérbios etc. A dinamização deste âmbito exige criatividade, pois as tradições fornecem critérios, espécie de esboços de ação, mas a realização deve contar com

¹⁴ LADRIÈRE, 1977, p. 113.

¹⁵ LADRIÈRE, 1977, p. 138-158.

¹⁶ O estudo clássico da explicitação do que aqui foi chamado de *nível das exigências fundamentais* encontra-se na *Ação* (1893) que, aliás, é parafraseada de modo original pelo próprio Ladrière. Leiam-se, especialmente, as seções que tratam da inevitabilidade do problema moral e da primeira emersão da exigência fundamental como vontade de ser (BLONDEL, 1893, p. 1-42).

uma série considerável de variáveis, oferecidas pelo contexto histórico, e assumidas como elementos a articular na ação. E estas articulações nunca estão inteiramente prontas, nem mesmo na mais adestrada das culturas. Há indeterminação de soluções e apelo à sua construção. O dinamismo que sustenta tal criação é, justamente, o que brota do nível dos fundamentos, qual uma exigência teleológica de realização. Nesse sentido, podemos afirmar que o “peso” ou “freio” da tradição será inversamente proporcional ao compromisso ético que a assume e a recria na história.

Finalmente, a vida moral possui um nível de motivação justificativa. Neste nível, situam-se os mitos, os símbolos, as concepções metafísicas e mesmo as construções ideológicas que, em conjunto ou separadamente, “garantem” que os critérios concretos de ação sejam vistos como expressões adequadas da exigência fundamental. Estas motivações, que justificam os critérios, são experimentadas como evidentes por elas mesmas e se encontram integradas aos diversos âmbitos da cultura. Transmitem-se no processo de socialização, e se enraízam nas camadas profundas do psiquismo.

Os efeitos desestruturantes da racionalidade tecnocientífica são sentidos nos três níveis. *No nível da exigência fundamental*, verifica-se uma impossibilidade de fundamentação autêntica da moralidade pela ciência, uma vez que as proposições científicas não são conversíveis em proposições normativas. É verdade que se poderia pensar numa moral que consistisse em seguir as leis de evolução dos modelos apresentados pela ciência (p.ex.: seguir as leis de evolução de um modelo que represente a dinâmica da vida social). Mas, neste caso, seria necessário pressupor uma mediação conceitual entre as proposições “nomológicas” do modelo, que descrevem processos da realidade, e as proposições normativas, que têm um caráter imperativo. Essa mediação consistiria num pressuposto metafísico ou “meta-científico” de tipo naturalista. Mas a própria ciência, dentro de suas limitações metodológicas legítimas, não nos pode fornecer tal pressuposto. Assim, no nível da exigência fundamental, oscilamos entre: ou uma “moral sem fundamentos” ou uma “moral naturalista”, com as respectivas consequências relativistas ou deterministas, na prática, destas duas visões. Ora, do ponto de vista da lógica dos conceitos, e a partir do que acabo de afirmar sobre a necessidade de um pressuposto meta-científico nas morais naturalistas, parece evidente que os defensores desta moral são os principais fornecedores de argumentos aos promotores da moral sem fundamentos. Assim, paradoxalmente, posições deterministas parecem conduzir ao seu contrário relativista.

Penso, no entanto, que a maioria das pessoas age sem se perguntar pelos fundamentos de suas ações. Interessa-lhes, sobretudo, saber o que devem fazer nas diversas situações (*nível dos critérios*). E os agentes se referem ao nível das *motivações que justificam* o agir, sem dar-se conta ou preocupar-se com qualquer “exigência fundamental”. Ora, são justamente estes dois

níveis da vida moral que se encontram afetados de modo mais intenso pela mentalidade de domínio do hiper-racionalismo tecnocientífico, o que explica igualmente a gravidade do impacto na vida comum.

Assim, *no nível dos critérios concretos de ação*, sente-se a invasão crescente das normas operativas, em todos os âmbitos da convivência social, com a “instrumentalização” das relações em termos de eficiência máxima, otimização de recursos, exigência de curvas ascendentes de lucros etc. A prevalência do tempo do projeto e a dinâmica autofinalizada da tecnociência impõem um ritmo de ação que, no cotidiano, afasta os agentes do *sentido* de suas iniciativas. Modificamos e fabricamos o mundo que nos oferece seu impressionante desempenho em espetáculo, para que o mundo, cada vez mais, se modifique e se torne performático. Além disso, a atitude intervencionista e “cientificamente controlada” ocupa-se de regiões inteiras da existência que antes encontravam alimento e estabilidade na sabedoria de vida ou na experiência religiosa. Surge um “mundo automático”, que promove a experiência de esvaziamento da subjetividade, de desatenção aos sentimentos profundos e, finalmente, de entristecimento crônico. Administradores e terapeutas dividem os lucros...

Finalmente, *no nível das motivações justificadoras*, a razão dominadora pretende invalidar toda forma de conhecimento que não se sustente segundo os critérios instrumentais. O resultado tem sido o *déficit* de motivação. Mas pouco importa, do ponto de vista hiper-racional, uma vez que os sujeitos se movem porque transformados em engrenagens do sistema.

2.2.2 A desestruturação no campo da estética

O campo das formas expressivas ou da estética compreende as “belas artes”, como a pintura, a música, a literatura e a arquitetura¹⁷. Constitui o âmbito da criação de “objetos” nos quais se unem *forma* (ou princípio de configuração das obras), *matéria* e *conteúdo* (ou tema), segundo uma harmonia capaz de tocar profundamente a afetividade e capaz de conduzir quem interage com a obra a modalidades afetivas originais. O pintor nos ensina a ver o mundo, o arquiteto nos sugere o modo de habitá-lo e o músico nos apresenta sentimentos em estado puro.

No que concerne ao propósito deste estudo, o fundamental é recordar que os objetos estéticos são a mediação privilegiada do enraizamento cultural. A interpretação do mundo se investe de modo mais intenso no âmbito estético do que no das simples representações explicativas. No campo da estética, os indivíduos e a sociedade sondam de modo mais direto o sentido da realidade e se abrem a uma destinação histórica.

¹⁷ LADRIÈRE, 1977, p. 159-179.

Considero os efeitos de desestruturação, seguindo a sugestão de Ladrière, por meio dos três elementos da dinâmica interna da atividade estética. Assim, no nível *dos materiais*, a inovação, decorrente da aplicação da tecnologia na criação de novas matérias primas, libera o artista das coerções próprias aos materiais tradicionais. Exemplo típico é o da arquitetura que, antes condicionada pelas limitações da pedra, ensaia novas possibilidades a partir da adoção do concreto armado. E essa liberdade material, por sua vez, permite a criação de novas *formas* ou princípios diretores da concepção da obra. Aliás, na medida em que a arte avança na recepção da autonomia e do autofinalismo da racionalidade de domínio, ela inspira e mesmo impõe, ao conceber formas novas, a criação de novos materiais aptos a encarná-las. Finalmente, no que concerne ao conteúdo, as produções estéticas se libertam da função de simbolizar as representações tradicionais do mundo e os valores estruturantes das relações sociais. O ensaísmo estético se afasta cada vez mais dos limites de conteúdo. Seja porque propõe conteúdos distantes das grandes representações tradicionais, seja por relativizar totalmente os conteúdos. Mas ainda assim o campo estético permanece habitado por “temas”, cujas modalidades mais importantes são as “formas afetivas”. Segundo Ladrière, a tecnociência sugere formas estruturantes para as obras que, por sua vez, proporcionarão modalidades afetivas inéditas.

Ora, esta tendência provoca clara cisão na unidade cultural. A atividade estética, entendida como fim para si, se destaca de sua inserção na vida corrente, diversamente da concepção tradicional em que “as qualidades intrínsecas” da obra “remetiam a significações transcendentais, seja porque elas eram carregadas de potência simbólica seja porque eram a expressão de certas concepções ou crenças”. Perde-se a intenção de compartilhar uma ideia ou sentimento. Trata-se, em muitos casos, da “exploração” de uma “combinatória formal em que se estuda (...) como a variação dos fatores pode afetar o tipo de unidade do objeto”¹⁸. Há reações, em que a arte continua preocupada por uma função social, celebrativa ou educativa. No entanto, em seus graus mais intensos, o ensaísmo estético entende a arte como reinvenção indefinida e autofinalizada.

E aqui esbarramos em problema fundamental, enfrentado de modo análogo nos vários níveis de realização do hiper-racionalismo. A manipulação do mundo a partir de *modelos* hipotéticos tem consequências em grande parte imprevisíveis (cf. acima a seção 1.1.1). No caso específico da estética, um exemplo típico de grande impacto é o do urbanismo (“arte de organizar as cidades”), em que a ordenação regional ou nacional do espaço, considerada aqui como “generalização extensiva da arquitetura”, graças à colaboração de um grande número de especialistas de todos os âmbitos

¹⁸ LADRIÈRE, 1977, p. 176 ; 177.

científico-tecnológicos, torna-se capaz de expressar “uma concepção da vida em comum”¹⁹. O modo de veiculação desta concepção se dá, neste contexto, pela qualidade estética das obras urbanas que atingem as forças afetivas e exercem assim profunda influência sobre os indivíduos. Mas na medida em que o ensaísmo se introduz nessas criações, surge preocupação sobre *que concepção de vida de fato está sendo veiculada*. Na lógica da concepção sistêmica da sociedade, encontramos, portanto, um caso em que a autonomia de uma atividade (aqui a estética) torna-a presa de todo tipo de ideologias.

2.3 Efeitos gerais de indução

Apresento a seguir os efeitos de indução da racionalidade tecnocientífica sobre a ética e a estética²⁰. Compreendo “indução”, neste contexto, como o processo que conduz à emergência de novos valores no campo da cultura, particularmente no campo ético. Com isto, não pretendo fazer o elogio da situação hoje vigente, mas sim encará-la como tarefa a enfrentar. Estes efeitos de indução podem ser considerados “positivos”, uma vez que lançam desafios à reflexão moral e exigem ampliar o campo da moralidade a situações originais.

Trata-se de uma “indução prática” e não de dedução. Ou seja, a *indução* ocorre por um processo de “des-implicação” do valor a partir de dada norma fundamental da *prática* científica. Uma *norma* operacional fornece um modo de ação e configura determinada atitude, orienta a ação e permite escolher o curso mais conveniente para a solução de dado problema. Um *valor* marca um objeto, situação ou ação como dignos de serem procurados, confere-lhes preço eminente, atrai estima e justifica, inclusive, devotamento e sacrifícios. Percebe-se, a partir desta descrição simplificada, que toda norma eficaz pressupõe um valor, sobre o qual ela apoia seu caráter “obrigatório”. O valor, por sua vez, tem um teor implicitamente normativo. No caso da indução prática referida, as normas fundamentais da ação científica são esquemas inspiradores estáveis, que vão sendo corrigidos e precisados na própria prática. Tomemos como exemplo as prescrições de exatidão das medidas na observação isenta de determinado fato e a submissão das hipóteses explicativas deste fato a verificações experimentais passíveis de universalização. O valor veiculado nestas e noutras práticas pode ser definido como “objetividade”. Define-se, deste modo, um valor que passará a justificar a adoção de novas normas práticas, uma vez que se mostrou adequado para garantir o sucesso da empreitada explicativa.

¹⁹ LADRIÈRE, 1977, p. 179.

²⁰ LADRIÈRE, 1977, p. 117-135.

A “objetividade” passa a ser um sentido que reveste de caráter prescritivo as normas que a encarnam.

Os dois valores fundamentais que decorrem da prática científica são, como já mencionamos: a) O “conhecimento crítico e objetivo”, que controla os processos de aquisição, fixa seus próprios fins, justifica os meios utilizados para realizar-se e cuja meta (qual princípio teleológico) é uma adequação às leis que comandam a evolução da realidade. b) A transformação da realidade por meio da “ação racional”. Este valor configura mudança fundamental de atitude. Ao invés de apoiar-se passivamente sobre processos naturais ou tirar partido desses processos para alcançar um fim escolhido, visa a criar processos inéditos que substituem ou prolongam processos naturais, ou criam efeitos originais. De uma ação prevalentemente adaptativa, passa-se a uma ação “prospectiva”. A síntese deste ideal é “domínio”.

2.3.1 Efeitos de indução na ética²¹

Os efeitos fazem-se sentir, sobretudo, *no campo dos critérios concretos de ação*, em quadro níveis: a) Em primeiro lugar, há *extensão da ética*, pois o avanço da tecnociência e sua penetração na vida social, sobretudo por meio do sistema econômico, abre campo novo à responsabilidade humana. b) Em consequência, formulam-se *novos problemas*. Há inadequação entre as normas éticas disponíveis e os problemas emergentes. As situações originais, que surgem do rompimento constante dos limites da intervenção humana no mundo, não oferecem características aptas a orientar a ação. Um grande conjunto de problemas surge, por exemplo, quando, na atividade científica, tem-se que decidir se determinada pesquisa deve ou não progredir, segundo critérios que atendam a uma hierarquia ética: tal pesquisa ou desenvolvimento técnico convém ao bem comum? Representa risco para a vida humana? etc. Outro grande conjunto de novos problemas diz respeito à aplicação – nas áreas médica, militar, educativa, dos meios de comunicação, da gestão das instituições, da organização dos lazeres etc – dos conhecimentos e técnicas adquiridas. c) Em terceiro lugar, percebe-se o surgimento de *novos valores*. Compreendo que o conhecimento objetivo e a ação dominadora da realidade podem concorrer para a realização da vontade livre. Revestem-se, em consequência, de qualidade ética, embora sejam incapazes de responder a tudo que se encontra inscrito no nível da exigência fundamental. Um aspecto essencial desta emergência é a sua repercussão na interpretação do ato livre. A liberdade deixa de se interpretar como consentimento à necessidade e passa a se afirmar como “poder efetivo de transformação, fonte original de causalidade, e, em

²¹ LADRIÈRE, 1977, p. 159-179.

consequência, a experimentar-se cada vez mais, na efetividade de seu exercício, como potência irreduzível de autonomia”²². d) Estes três efeitos da indução prática conduzem, obviamente, à *invenção de novas normas* ou critérios de ação. Penso, por exemplo, na complexidade da deontologia médica em nossos dias.

No nível das motivações justificativas, o abalo das motivações tradicionais pode ser compensado (adequadamente?) com a justificação crítica dos procedimentos motivacionais, ou seja, da educação e socialização humana. O âmbito da reflexão ética é irreduzível a outros, pois tem sua própria modalidade a marcar o conjunto de suas proposições. Mas a reflexão pode tornar-se “crítica” e avaliar as normas de ação, em relação às situações que nos interrogam e à visada ética fundamental. E essa avaliação crítica torna-se justificação num meio em que a crítica converteu-se em valor. Penso que este parecer não diminui a importância fundamental de todas as justificações de caráter mítico, religioso ou tradicional. Mas esta é uma questão para a terceira parte do artigo.

2.3.2 *Efeitos de indução na estética*

No âmbito das formas expressivas, promove-se a consciência aguçada do que constitui a qualidade estética e do modo de atividade que a faz existir²³. Transpõe-se ao âmbito da estética a ideia de “domínio”, com seus polos de crítica e autonomia. Assim, por um lado, a atividade do artista põe em questão a própria estética. Mas, por outro lado, sua subjetividade tende a ocultar-se, uma vez que a obra constitui uma realidade autossuficiente, válida em si mesma, efeito dos princípios formais que a engendraram, de uma necessidade da forma que tudo domina, inclusive a fabricação do material no qual ela se realizará. Estas características variam em intensidade nos diversos ramos das belas artes. Um arquiteto que se depare com a tarefa de conceber o projeto de um hospital (tema), deverá contar com o auxílio de diversos especialistas e campos da ciência, para determinar as proporções dos espaços em relação ao número de leitos, a disposição das instalações segundo um projeto que integre enfermarias, salas de cirurgia, salas de recuperação e terapia intensiva, consultórios de atendimento etc. Esta análise complexa, de extração científica, será determinante para definir os *princípios formais* de composição e a fabricação dos *materiais* mais apropriados (crítica e autonomia). Ao contrário, um músico, muito menos determinado exteriormente por exigências às quais deve atender sua obra, possui maior liberdade para impor-se a forma que o orientará na construção de seus materiais sonoros e na realização da composição.

²² LADRIÈRE, 1977, p. 155.

²³ LADRIÈRE, 1977, p. 159-179.

Creio, enfim, que a ampliação da consciência moral e dos apelos da responsabilidade poderia abrir espaço para uma “moral da estética”, investindo-a de uma responsabilidade humanizadora. Recordo-me, nesse sentido, da obra do artista plástico brasileiro Vick Muniz²⁴. Esta possibilidade se justifica quando observamos que, mesmo no caso do formalismo mais abstrato, há um sujeito concreto que se impõe o princípio formal destinado a guiar a própria atividade.

3 A dinamização das culturas e a ação criativa

3.1 Avaliação de conjunto

O cenário de nossas vidas urbanas encontra-se hoje habitado e em grande parte estruturado pelos objetos tecnocientíficos, gerando um misto de confiança inocente e de frustração incompreensível para boa parte das pessoas que nele interagem e que não compreendem seu funcionamento²⁵. Os promotores incondicionais do progresso e do desenvolvimento parecem, aliás, desconhecer o verdadeiro caráter do dinamismo da tecnociência, seus limites e possibilidades reais, o significado e as consequências de uma totalização da racionalidade de dominação na vida social, ou melhor, de sua expansão indefinida.

Esta expansão da dominação engendrou, é bem verdade, uma economia da abundância, graças à industrialização. A tecnologia nos permitiria maior produtividade com o mesmo montante de trabalho. Mas como o autofinalismo da racionalidade tecnocientífica não possui, em si mesmo, limite algum, o trabalho tende a aumentar ou, ao menos, a pressão conduzindo ao experimentalismo das novas possibilidades geradas por meio do avanço incessante das potências de toda sorte. A economia cujo fim é o próprio crescimento indefinido somente se sustenta por um consumo de mesmo porte.

Os meios e os instrumentos necessários à produção exigem imensos investimentos financeiros e uma mobilidade de capitais que quebra as fronteiras das nações. A economia, seguindo o regime autônomo e autofinalizado da racionalidade dominadora, expandiu-se como um sistema planetário. Recordo, no entanto, o que já disse acima sobre a racionalidade tecnocientífica. Ela funciona a partir de “modelos”, que exercem a mediação entre as decisões e as operações que visam a manipular a realidade. Ora, todo modelo é uma aproximação da realidade, ele restringe seu enfoque

²⁴ Cf. LIXO extraordinário. Direção: Lúcia Walker. Paris Filmes, 2009. 1 DVD, 99 min.

²⁵ LADRIÈRE, 1977, p. 185-196.

a elementos mensuráveis e controláveis e, portanto, permite apenas um recobrimento parcial do objeto estudado. Em consequência, deve-se contar com o fato de que o modelo econômico mundial apresenta importantes limitações. Não sem razão, encontramos frequentemente diante de efeitos imprevisíveis, devidos a toda sorte de variáveis que não entram no cálculo do mercado planetário, mas que efetivamente atuam na realidade. Há enormes disfunções que afetam a vida dos povos, sobretudo, porque as economias locais ou regionais, que se desenvolvem com relativa independência e garantem a sobrevivência de seus agentes, dificilmente entram no cômputo financeiro²⁶.

Algo similar ocorre na instância política. A racionalização da vida social traduz-se nas democracias modernas por um exercício do poder mediado pelo aparato legal do Estado. Assim, a disputa pelo poder, entre os diversos grupos sociais e suas representações, encontra limitações à violência e à arbitrariedade. E o próprio sentido do poder vê-se vinculado a uma legalidade cujo princípio de legitimação deveria ser a criação das condições da liberdade, ou seja, a instauração de instituições que proporcionem relações sociais justas²⁷. No entanto, a busca de uma regulação cada vez mais detalhada dos diversos campos da atividade humana parece gerar um fenômeno de abstração, de formalização e de autonomização do direito. Cria-se uma esfera de necessidade artificial, decorrente da expansão do sistema das leis, que submete a liberdade ao invés de promovê-la, que se afasta do critério concreto e legitimador da justiça, por conta do formalismo funcional. Finalmente, gera-se desconfiança em relação ao Estado e aos que exercem o poder. As manifestações populares dos últimos anos, como as que percorreram o norte da África e o Oriente Médio, talvez devam também ser interpretadas como tentativa de reaproximação das populações e do poder que organiza a nação, para que a ordem social se torne vontade efetiva dos cidadãos.

Esta situação complexa (aqui apenas esboçada) tem conduzido a uma percepção crítica do hiper-racionalismo contemporâneo, sobretudo, a partir dos anos 1950, ou seja, da Segunda Grande Guerra. Cresce a consciência de que estamos diante de tarefas éticas e políticas (e não apenas técnicas); de que nossa responsabilidade se vê concernida quando se insinua no horizonte da história um destino da humanidade, incerto para alguns e trágico para outros. Neste contexto, situa-se a crítica da ideia de progresso e o advento da “contracultura”. Promovem-se valores esquecidos – como os da vida simples, do contato pessoal, da comunicação e mesmo da comunhão, da intuição e da afetividade, da criatividade e da atenção ao particular e original, da simplicidade e da espontaneidade, da busca de

²⁶ Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2012. p. 79-116 ; LADRIÈRE, 2008, p. 40s.

²⁷ BRUAIRE, Claude. *La raison politique*. Paris, Fayard, 1974. p. 17-39 ; LADRIÈRE, 2001, p. 219-224.

um acordo autêntico consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Não faltam manifestações por “outro mundo possível”, com importantes focos também na América Latina e mesmo no país do “homem cordial”.

Creio que este despertar de décadas, lento e contínuo, da consciência do impacto do hiper-racionalismo em nossas culturas põe e repõe constantemente a necessidade de um “discernimento” de nosso tempo e de uma reflexão sobre os limites da tecnociência²⁸. Trata-se de uma dupla tarefa prática e teórica, que vem sendo cumprida por muitos intelectuais contemporâneos. De um lado, busca-se um retorno às origens simbólicas, representacionais, éticas e estéticas das culturas nacionais. Persegue-se o objetivo de recuperar o sentido do movimento que conduziu à constituição de uma cultura planetária da razão. Esta tarefa diz respeito, sobretudo, à família cultural de raiz ocidental, mas deve-se estender a todas as culturas, uma vez que a racionalidade dominadora hoje invade o planeta e cria o que Paul Valéry chamou de “mundo finito”²⁹. De outro lado, deparamo-nos com o desafio teórico (predominantemente filosófico) de conceber uma razão alargada, que situe a razão científica e suas consequências operacionais e instrumentais num quadro de sentido e de orientação mais amplos. Creio que estas duas tarefas iluminam grande parte (e a melhor parte) da produção acadêmica contemporânea, mas também de muitas manifestações e novas organizações sociais.

A tese que sustento é a de um desvio no rumo da industrialização do mundo moderno. O movimento de industrialização e a recente revolução cibernética perderam algo ou muito de seu sentido originário. Destinavam-se a: constituir as condições necessárias do desenvolvimento das nações, embora não suficientes; criar as bases materiais para a reciprocidade das consciências; e, com isso, concorrer de modo mais eficaz para o projeto de uma sociedade em que a abundância e a igualdade se encontrassem. Ao invés disso, sente-se uma deriva para o vazio de sentido. Uma imagem, utilizada outrora por Bergson, mostra-se atual. A humanidade depara-se hoje com um corpo artificial gigantesco, cujo crescimento avança automaticamente. Em seu centro, ele mantém prisioneira uma “alma” pequena demais para suplantar os espaços que a separam do funcionamento do mundo. Reprimida, tende ora à revolta, ora ao esquecimento³⁰.

Mas a situação não é fatal. Ela se apoia na ambiguidade das mediações que, na existência humana comum, são transformadas em fins para si

²⁸ Cf. SCANNONE, Juan Carlos. *Discernimiento filosófico de la acción y pasión históricas*: Planteo para el mundo global desde América Latina. Barcelona: Anthropos, 2009. (Prólogo de Jean Ladrière).

²⁹ « L'ère des territoires libres, des lieux qui ne sont à personne, donc l'ère de libre expansion, est close. Plus de roc qui ne porte un drapeau (...); plus de région hors des douanes et hors des lois (...). *Le temps du monde fini commence* ». VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel* (1931). p. 11. (Collection Les classiques des sciences sociales, In : : http://www.uqac.ca/Classiques_des_sciences_sociales/).

³⁰ Cf. BERGSON, Henri. *Les deux sources de la morale et de la religion*. Paris : PUF, 2008. Collection Quadrige. p. 330-331.

mesmas. Ela certamente conta com a convivência silenciosa das multidões. Mas à medida que a inevitável liberdade do espírito humano se expressa em ações criativas de solidariedade e se experimenta como mestra do que antes a dominava, novos sentidos podem projetar-se no mundo. A “alma” cresce e o “corpo” poderá reencontrar sua aplicação correta e originária.

Não há vida livre, realização da vontade livre, sem convivência humana. E não há convivência humana pacífica sem as condições materiais mínimas e dignas de sobrevivência. Deve-se, portanto, valorizar a racionalidade que se impõe com o advento da tecnociência, mas situá-la como elemento de uma razão mais vasta à qual, segundo Ladrière, incumbe “dar uma interpretação global da condição humana e da história e fornecer à ação política as finalidades de valor ético, das quais o desenvolvimento científico deve receber seu sentido e sua orientação”³¹.

A última parte deste artigo propõe o caminho da ação criativa como lugar desta rearticulação da vida e dos fins das sociedades modernas, e retoma a questão do papel da filosofia nesta tarefa.

3.2 Prospectiva: o papel da ação e o surgimento de uma cultura dinâmica

Duas imagens ajudam-nos a precisar o problema. A primeira, já utilizada, é a do “enraizamento” para expressar o modo de funcionamento da cultura na vida da sociedade. Em oposição a esta, a tecnociência assemelha-se ao “sobrevoo”. Enquanto o enraizamento concerne à subjetividade de inerência que encontra nas mediações culturais sentido e fins para sua expressão no mundo, a racionalidade tecnocientífica prescreve o conhecimento objetivo, sem singularidade ou particularidade. Ela pretende elevar-se acima das culturas. Deixada a si mesma, ela permanecerá sempre abstrata e não parece reservar lugar à realização singular das liberdades, tampouco ao projeto de reconciliação entre as liberdades, que supõe acolhimento das particularidades existenciais, com o escopo de criar uma convivência propriamente *humana*³².

Mas um conflito fatídico se instaura no próprio interior do mundo construído pelo hiper-racionalismo: de um lado, ele é portador de um sentido que se define pelas operações próprias a um âmbito dado de conhecimento. Uma operação matemática de divisão, por exemplo, tem por sentido “dividir” e nada mais. A pergunta sobre razões e finalidades da operação não é matemática. E como a racionalidade científica opera por ampliação das conexões dos modelos formais, ela gera imensas redes de âmbitos

³¹ LADRIÈRE, 1977, p. 196.

³² LADRIÈRE, 1977, p. 197-214 ; e LADRIÈRE, 2008, p. 48.

construídos que nada mais são do que o sistema global autofinalizado no qual estamos hoje parcialmente imersos. Por outro lado, no entanto, é inevitável que o caráter operatório e instrumental da organização tecnocientífica da realidade se choque com o enraizamento cultural dos agentes humanos envolvidos na instauração do mundo racionalizado. Assim, surge a necessidade de integrar duas grandezas diferentes.

Quando o sistema se “fecha”, ou seja, exclui toda alteridade em relação a sua racionalidade, a situação se resolve pelo esmagamento do fator cultural, cuja vigência é simplesmente negada. Mas como a vida social encontra-se historicamente habitada por dinamismos de abertura, que são integradores das diferenças, a negação não se completa. Pessoas e grupos se levantam para enfrentá-la. A luta dialética, como se sabe, não conduz a um progresso na história. Mas se encontrarmos uma mediação capaz de promover a integração entre as grandezas culturais e as tecnocientíficas, ofereceremos apoio e coragem aos que devem lidar com esta grave questão em seu dia-a-dia.

Ora, em ambos os casos, no da vida enraizada nas tradições culturais e no da fabricação de um mundo hiper-racional, há um fator comum em jogo que, efetivamente, articula as duas grandezas: trata-se da “ação”. A centralidade da ação poderia *articular estes sentidos* diversos, ordenando-os de modo humano.

3.2.1 A categoria da “ação”

Compreendo “ação” a partir da contribuição luminosa dada por Blondel³³. Segundo o “mestre de Aix”, agir não se resume em modificar as relações entre os objetos do mundo. Esta é apenas a manifestação empírica da ação. Agir, em sentido forte, é expressar uma originalidade no mundo. E igualar progressivamente, por meio de ações particulares, toda a envergadura da vontade livre, com sua exigência própria. Agir consiste, portanto, em assumir-se e conhecer-se nas realizações que desenham pouco a pouco o enigma da existência humana. A vontade que quer deve finalmente querer-se como vontade livre, e desdobrar-se, apoiada nas mediações do corpo, do trabalho, da amizade, da família, do reconhecimento social, da política, da vida moral e da abertura religiosa. Assim, se, por um lado, a ação encontra em si mesma energia dinamizadora, apelo que a faz prosseguir em sua marcha, por outro lado, ela deve acolher as condições de sua efetividade nas diversas mediações do mundo humano. Estas também constituem apelos ou exigências e inauguram atitudes fundamentais. É nessa tarefa criativa de integração que ela atualiza o sentido da existência (individual ou social) e abre diante de si uma destinação histórica concreta.

³³ Cf. BLONDEL, 1893.

A ação possui uma lógica própria, que consiste em integrar em seu ato o valor de todas as escolhas vividas pelo agente, aquilatando-o na medida de sua exigência interior³⁴. Cada ação, consciente e importante, gera um significado do todo num centro particular (um homem, um grupo, uma nação). Expressam-se, dessa forma, uma atitude e uma opção que concernem tal centro particular num período de sua existência. E esta possibilidade da ação transforma-a em tribunal vivo, pois cada ato traz consigo a sanção decorrente da fidelidade ou da traição que a atitude e a opção representam frente à exigência interior fundamental. Poderíamos traduzir esta exigência como a da construção de um mundo livre segundo a justiça. Trata-se apenas da leitura de seu movimento incessante, que se prosseguirá enquanto dure a história.

O sentido da ação, enquanto exigência e apelo de ser, encontra-se “representado” nos valores éticos. Estes são as pegadas do movimento interpretativo da existência humana. Podemos mesmo afirmar que todo o âmbito cultural – com suas representações, formas simbólicas, sistemas éticos e expressivos – constitui a cristalização do dinamismo da ação histórica, ou o tesouro acumulado e julgado adequado para orientar novamente a ação em sua aventura sempre renovada.

Mas não quero dizer com isso que a ação é onipotente. Ela padece a lógica dos sistemas sobre os quais se apoia para realizar-se. O que me interessa aqui é que agir significa fazer interagir muitos sistemas diferentes e retomar as rédeas da objetividade, para singularizá-la num projeto pessoal ou social. Assim, um sistema cultural (com seus subsistemas simbólico, representacional, normativo, expressivo e prático) permaneceria peso objetivo se não fosse assimilado pela ação e revitalizado nas interações sociais. Graças à ação, há novidade no mundo. Situada na encruzilhada dos vários sistemas que compõem a vida social, ela os faz interagir e é capaz de inseri-los em seu próprio dinamismo.

3.2.2 Condições e efetivação da articulação entre racionalidades e culturas

Esta interação, presidida pela ação, constitui justamente o que abre a possibilidade de uma articulação entre o sentido da cultura e o da tecnociência. A racionalidade operacional e instrumental poderia encontrar finalidade e sentido humanos, graças à lógica da ação. Mas isto implicaria uma *dupla condição*. Do lado da cultura, a adoção da perspectiva crítica e universalista, própria da racionalidade científica. E do lado da ciência, a

³⁴ Sobre a “lógica da ação”, cf. BLONDEL, Maurice. *Principe élémentaire d’une logique de la vie morale* (1900). Paris: P.U.F., 1997. p. 365-385; PIMENTEL, Álvaro. *A “lógica da ação” de Maurice Blondel: explicitação crítica na “Ação (1893)”*. Belo Horizonte: Biblioteca Digital-UFMG, 2008. URI: ARBZ-7G5K29.

autolimitação de sua racionalidade, ou seja, a aceitação de que seu alcance, por mais amplo e extensível, sempre deixará de fora outros âmbitos de sentido que também constituem a existência humana e, sem os quais, a própria tecnociência (com os fenômenos econômicos e políticos que a acompanham) torna-se errância. Preenchida esta condição dupla, que não se realiza como um fato, mas como uma *disposição*, abre-se o campo para a ação criativa e a geração de novos sentidos no mundo. Para a racionalidade operacional, oferecem-se o sentido e a finalidade humana. Para a cultura, a renovação dinâmica de suas instituições.

O desafio da ação – sua responsabilidade – consiste em articular o sistema tecnocientífico e os sistemas culturais, distribuindo a cada um deles coeficientes diferenciados de importância. Graças à força unitiva da ação, qualquer sistema, em princípio, pode obter prioridade sobre os outros e recolher os meios dos outros para seus próprios fins. Por isso, a ação deve equilibrá-los para fazê-los participar uns dos outros, guiando-os segundo uma ordenação que respeite a exigência fundamental da vontade livre. Neste contexto, percebamos que há assimetria entre o sistema cultural, que é da ordem do enraizamento no sentido e dos projetos visando a fins, segundo determinadas figuras de interpretação, de representação, de simbolização e de justificação e o sistema tecnocientífico, que dá à ação condições que lhe asseguram dominação sobre as situações. À ação cabe relacioná-los, respeitando as exigências internas da ciência e da tecnologia, mas situando-as no horizonte da destinação histórica, ou seja, combatendo constantemente a tendência autofinalista da tecnociência, para abri-la aos fins e sentidos renovados da cultura.

A tarefa da ação é formidável, exigindo vigilância constante para reinterpretar sem cessar os termos dos quais ela se serve. Confrontada à razão crítica e universalista, não poderá mais apoiar-se sobre as tradições, como conjunto de soluções *passé-partout*. Deverá, pois, assumir que a destinação histórica agora depende da criatividade. Toca-lhe reavaliar os componentes da cultura em que se situa, atendendo à prescrição crítica da tecnociência. Mas esta nova atitude não conduz a ação a um relativismo dissolvente da existência ou à negação das tradições. A crítica deve avaliar e criar *no interior* da mesma cultura. E esta agora se vê como realidade dinâmica.

A consequência para a cultura é a superação da mentalidade estática das sociedades fechadas. Como nos recordava Bergson, a moral “fechada”, por exemplo, “é supostamente imutável. Se ela muda, logo esquece que mudou ou não confessa a mudança. A forma que ela apresenta a qualquer momento aspira a ser a forma definitiva”³⁵. O papel das culturas nas sociedades tradicionais é fundamental, pois possui grande força de integração, hierarquiza valores e mesmo organiza-se em torno de um valor ou grupo de valores dominantes. Ela tende, no entanto, a “impor” à existência

³⁵ BERGSON, 1932, p. 56.

um tipo de unidade unívoca e definida objetivamente. Não se pretende negar a necessidade de preservarmos e promovermos as culturas de nossas sociedades. Mas tudo leva a crer, se estão corretas as análises acima apresentadas, que deveremos pensar a unidade cultural numa perspectiva diferente, segundo as imagens bergsonianas da abertura e do elã criativo³⁶.

Ladrière sugere que o conceito de interpretação poderia servir de análogo para esta nova compreensão da unidade cultural. Mas trata-se de interpretação “prospectiva”, ou seja, de reinterpretação constante, no âmbito mesmo do sentido já decifrado, visando a uma iluminação cada vez mais adequada do objeto interpretado. Neste contexto, a cultura passa a ser compreendida como o sistema no qual a existência e “a ação que representa a forma dinâmica da existência”, *se interpretam, decifram* seu sentido e sua destinação. Mas esta compreensão, já presente nas formas tradicionais, deve dinamizar-se, ou seja: atender ao “apelo (...) a uma adequação sempre mais exata ao que, nas figuras já constituídas, agia como força positiva de estruturação e princípio de deciframento”³⁷.

Esta reinterpretação constante tem por consequência o surgimento de culturas cujos valores se equilibrariam de modo diverso nas variações das circunstâncias, desde que respeitassem a realização de um mundo da convivência e da reciprocidade entre as liberdades. Ladrière caracteriza a cultura de nossa época como “policêntrica”:

“uma cultura atravessada por tensões múltiplas, a sugerir diversos modos de articulação entre seus próprios componentes, e também entre ela e os outros sistemas, propondo à ação esquemas variados e flexíveis para sua própria estruturação, compatível com múltiplas formas de equilíbrio, atuando, enfim, (...) como campo no qual forças diversas são chamadas a se compor, segundo figuras (...) moventes e múltiplas, e conforme indicações que devem vir, em última análise, da própria ação e de sua criatividade. Nesta cultura, não há mais (...) um centro único a partir do qual tudo se integra, mas centros múltiplos, com capacidade organizadora de graus variáveis e interações variáveis, indo da independência quase completa à parceria estreita”³⁸.

À guisa de conclusão

Contento-me com condensar em dois pontos centrais esta discussão:

a) Pressentimos o advento de culturas policêntricas, como formas de unidades dinâmicas capazes de re-humanizar o mundo, o qual, hoje, encontra-se

³⁶ Bergson esboçou sua compreensão da “sociedade aberta” no último capítulo de *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*.

³⁷ LADRIÈRE, 1977, p. 212. A ideia de “interpretação prospectiva” encontra-se em BLONDEL, Maurice. *Le point de départ de la recherche philosophique* (1906). Paris: P.U.F., 1997. p. 527-569.

³⁸ LADRIÈRE, 1977, p. 213.

grandemente ocupado pelo hiper-racionalismo. Graças à indeterminação lógica das figuras de interação entre os diversos sistemas que compõem a vida social (pois não há necessidade *a priori* que comande a composição destas figuras) há concomitante extensão do campo das iniciativas. A ação torna-se mais autônoma em relação às condições de efetividade, abre espaço à própria inventividade, mas também aumenta sua responsabilidade. Sem as referências constantes às tradições culturais, ela se encontraria perdida e impotente. Daí sua tarefa de renovação ou reinterpretação constante do tesouro cultural no qual se apoia.

b) A objetivação da ação em sistemas potentes, autofinalizados, globalizados e capazes de coerção ameaçadora para a autonomia humana, constitui também condição e oportunidade para que ela estenda o domínio de suas iniciativas e responsabilidades. As formas culturais objetivas não garantirão esta extensão e a resposta que ela solicita. Em consequência, “a vontade livre não poderá enfrentar [o desafio que se lhe apresenta] senão concentrando-se (...) sobre a força instauradora que está nela, num esforço decidido de lucidez, coragem e fidelidade a si mesma”³⁹.

Creio que, diante desta tarefa, cada vez mais necessária em nossas sociedades latino-americanas, o papel da filosofia ganhará importância sempre maior. Se a definirmos no sentido tradicional de “amor da sabedoria”, penso que se apresentam duas interpretações para compreendê-la. Primeiramente, ela corresponderia a um corpo de doutrinas, que pretendem ser a expressão adequada da sabedoria. Conferiria, pois, a “significação plena e autêntica” à existência. Seu âmbito se definiria como teoria ou contemplação. Neste primeiro sentido, a filosofia identifica-se à vida mais elevada e, portanto, à salvação.

Num segundo sentido, a filosofia poderia interpretar-se, igualmente, como expressão adequada da sabedoria, mas compreendendo-a como prescritiva da prática e *não* como sua realização. O discurso se transformaria, então, no esforço pelo qual a existência se capta em seu próprio dinamismo. A existência assumiria o discurso como evento adequado ao seu devir (e não como mera imagem ou representação). Nele, ela interpretaria suas aventuras, decidir-se-ia conforme os significados, as implicações e exigências expressas no processo discursivo, para lançar-se novamente na construção da própria história. A sabedoria filosófica torna-se, neste segundo modelo, consciente de seu próprio *déficit*, porque não se contenta em oferecer-se como um espetáculo, mas se apresenta qual um apelo dinâmico de ser⁴⁰.

³⁹ LADRIÈRE, 1977, p. 214.

⁴⁰ Esta concepção de Filosofia encontra-se descrita por Blondel no artigo *Le point de départ de la recherche philosophique*, de 1906. Ladrière, por sua vez, a atualizou em seu artigo *L'Action comme discours de l'effectuation* (Cf. LADRIÈRE, Jean. *L'espérance de la raison*. Louvain/Paris/Dudley : Peeters, 2004. Cap. III).

A busca de uma razão alargada, que situe a racionalidade dominadora frente a outras formas de racionalidade, parece-me exigir o segundo tipo de “amor da sabedoria”. Este, por abrir-se à ação e pretender iluminá-la em seu devir histórico, poderia apoiar de modo decisivo o processo de reequilíbrio constante das racionalidades e das culturas em nosso mundo globalizado.

Obras consultadas

BERGSON, Henri. *Les deux sources de la morale et de la religion*. Paris : PUF, 2008. Collection Quadrige.

BLONDEL, Maurice. *L’Action: essai d’une critique de la vie et d’une science de la pratique*, XXV-492 p. (1893). In: _____. *Oeuvres complètes I: 1893 : les deux thèses*. Paris: P.U.F., 1995.

BLONDEL, Maurice. *Le point de départ de la recherche philosophique* (1906). In: _____. *Oeuvres complètes II: 1888-1913: la philosophie de l’action et la crise moderniste*. Paris: P.U.F., 1997. p. 527-569.

BLONDEL, Maurice. *Principe élémentaire d’une logique de la vie morale* (1900). In: _____. *Oeuvres complètes II: 1888-1913: la philosophie de l’action et la crise moderniste*. Paris: P.U.F., 1997. p. 365-385.

BRUAIRE, Claude. *La raison politique*. Paris, Fayard, 1974.

LADRIÈRE, Jean. *Les enjeux de la rationalité : le défi de la science et de la technologie aux cultures*. Paris: Aubier-Montaigne/UNESCO, 1977.

LADRIÈRE, Jean. *L’articulation du sens II: les langages de la foi*. Paris, Cerf, 1984.

LADRIÈRE, Jean. *Les enjeux de la rationalité : le défi de la science et de la technologie aux cultures*. Montreal : Liber, 2001⁴¹.

LADRIÈRE, Jean. *L’espérance de la raison*. Louvain/Paris/Dudley : Peeters, 2004. Cap. III : *L’Action* comme discours de l’effectuation.

LADRIÈRE, Jean. O universo da racionalidade e a vida do sentido. In: _____. *A fé cristã e o destino da razão*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008. p. 37-56.

LIXO extraordinário. Direção: Lúcia Walker. Paris Filmes, 2009. 1 DVD, 99 min.

⁴¹ Trata-se de nova edição, com nova paginação e pequenas correções tipográficas no texto original, mas com acréscimo do texto *Existence, éthique et rationalité*, no qual Ladrière esclarece diversos pontos do livro de 1977, a partir de perguntas formuladas pelo prof. Jean-François Malherbe.

PIMENTEL, Álvaro. *A “lógica da ação” de Maurice Blondel: explicitação crítica na “Ação (1893)”*. Belo Horizonte: Biblioteca Digital-UFMG, 2008. URI: <http://hdl.handle.net/1843/ARBZ-7G5K29>.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2012.

SCANNONE, Juan Carlos. *Discernimiento filosófico de la acción y pasión históricas: Planteo para el mundo global desde América Latina*. Barcelona: Anthropos, 2009. (Prólogo de Jean Ladrière).

VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel* (1931). Collection Les classiques des sciences sociales, In : : http://www.uqac.ca/Classiques_des_sciences_sociales/.

VOEGELIN, Eric. *Order and History : Israel and Revelation*. Columbia and London: University of Missouri Press, 2001. (Coleção “The Collected Works of Eric Voegelin, v. 14).

Endereço do Autor:

Av. Dr. Cristiano Guimarães 2127
31720-300 Belo Horizonte – MG

alvaropimentel@faculdadejesuita.edu.br